



# CASA DO BOM SAMARITANO

Instituto de Promoção Social de Londrina

Utilidade Pública Municipal – Lei n° 3.807 de 05 de julho de 1985

Utilidade Pública Estadual – Lei n° 8.773 de 12 de maio de 1988

Utilidade Pública Federal – Proc. n° 08386.01317/88 de 30/09/91

**PREGÃO N° 011/2009 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 011/2009**

## **EDITAL** **PREGÃO PRESENCIAL**

IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO			
<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO N°</b>	011/2009	<b>EDITAL N°</b>	<b>011/2009</b>
<b>OBJETO:</b>	Fornecimento de combustível		

### **LOCAIS E DATAS DE PUBLICAÇÃO**

- Jornal de Londrina, Edição de 24/07/2009;
- Diário Oficial da União de 29/07/2009;
- Quadro de avisos da entidade, de 29/07/2009 a 12/08/2009;
- Site oficial da entidade, de 29/07/2009 a 12/08/2009

### **DATAS RELATIVAS AO CERTAME**

- Consultas: até 48(quarenta e oito) horas antes do recebimento das propostas.
- Impugnações: até 05 (cinco) dias úteis antes do recebimento das propostas;
- Entrega dos envelopes: até às 15:00 do dia 13/08/2009;
- Credenciamento dos representantes: das 15h45min às 16h00min do dia 13/08/2009; e
- Abertura e avaliação das propostas: dia 13/08/2009, após o credenciamento dos representantes;
- Início da Sessão Pública/Lances: após a avaliação das propostas.
- **PREGOEIRA: Fernanda Bighetti Gonçalves**

### **ENDEREÇOS**

#### **ENDEREÇO ELETRÔNICO E TELEFONES PARA CONSULTAS:**

licitacoes@casadobomsamaritano.org – Fone/Fax: (43) 3339-1379

#### **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO, ABERTURA E SESSÃO DE LANCES:**

Sala de reuniões - Rua José Fierli, 153 – Vila Marizia

### **DOS ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL**

Integram este Edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:

- I. Descrição detalhada do objeto;
- II. Do objeto e demais aspectos relacionados;
- III. Exigências da Proposta Comercial e da Habilitação; e
- IV. Modelos sugeridos de declarações/procurações.

**A ENTIDADE CASA DO BOM SAMARITANO – INSTITUTO DE PROMOÇÃO SOCIAL DE LONDRINA** torna público, através dos órgãos de divulgação constantes do preâmbulo deste, que realizará processo licitatório na modalidade Pregão, na forma presencial, visando ao(à) fornecimento/prestação de serviços do objeto descrito no Anexo I deste Edital.



# CASA DO BOM SAMARITANO

Instituto de Promoção Social de Londrina

Utilidade Pública Municipal – Lei n° 3.807 de 05 de julho de 1985

Utilidade Pública Estadual – Lei n° 8.773 de 12 de maio de 1988

Utilidade Pública Federal – Proc. n° 08386.01317/88 de 30/09/91

---

## PREGÃO N° 011/2009 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 011/2009

---

O processo será realizado em conformidade com a Lei n° 8.666 de 21 de junho de 1993, a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, a Lei Complementar n° 123 de 14 de dezembro de 2006, além dos termos deste Edital (CV-085/2008).

### 1. DAS DISPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

**1.1.** Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que preencherem as condições de credenciamento exigidas neste Edital. O(A) Pregoeiro(a) efetuará a avaliação do ramo de atividade através do Contrato Social ou de outro documento oficial que indique o ramo de atividade do licitante.

**1.2.** Os licitantes que tenham manifestado interesse no certame poderão protocolar pedido de esclarecimento sobre o Edital em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para o recebimento das propostas, no endereço e horário discriminado no preâmbulo deste instrumento. O(A) Pregoeiro(a) deverá responder ao pedido apresentado em até 24 (vinte e quatro) horas. Caso a resposta ao pedido de esclarecimento importe em alteração do Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração, inquestionavelmente, não afetar a formulação das propostas.

**1.3.** Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital, devendo, neste caso, protocolar pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, devendo, o(a) Pregoeiro(a) julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis. Caso a resposta ao pedido de impugnação importe em alteração do Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração, inquestionavelmente, não afetar a formulação das propostas.

### 2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

**2.1.** Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- I - Licitante declarado inidôneo para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual e Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei n° 8.666/93 e suas alterações;
- II - Empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio;
- III - Empresa que tenha como sócio(s) servidor(es) ou dirigente(s) de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

### 3. DO CREDENCIAMENTO E APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

**3.1.** O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

**3.2.** Será admitido apenas **01 (um)** representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um único licitante.

**3.3.** A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão do licitante por ele representado, salvo autorização expressa do Pregoeiro.



# CASA DO BOM SAMARITANO

Instituto de Promoção Social de Londrina

Utilidade Pública Municipal – Lei n° 3.807 de 05 de julho de 1985

Utilidade Pública Estadual – Lei n° 8.773 de 12 de maio de 1988

Utilidade Pública Federal – Proc. n° 08386.01317/88 de 30/09/91

---

**PREGÃO N° 011/2009 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 011/2009**

---

3.4. Os documentos de credenciamento serão retidos pela Equipe de Pregão e juntados ao processo administrativo.

3.5. Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados. A empresa que tenha apresentado proposta, mas não esteja devidamente representada, terá sua proposta acolhida, porém não poderá participar das rodadas de lances verbais.

3.6. Os envelopes contendo as propostas comerciais e os envelopes contendo a documentação de habilitação deverão ser entregues fechados (e indevassáveis) na data e horário previsto no preâmbulo deste Edital e, na seguinte forma:

**3.6.1. – ENVELOPE DA PROPOSTA:**

- **RAZÃO SOCIAL E CNPJ DO LICITANTE**
- **PREGÃO N° PG-00 /2009**
- **ENVELOPE N° 1 – PROPOSTA COMERCIAL**
- **ENTREGA DO ENVELOPE:** (Colocar o horário máximo permitido para entrega).
- **ABERTURA DO ENVELOPE:** (Colocar a data e horário da abertura).
- **OBJETO:** Descrever o objeto constante do presente Edital.

**3.6.2. – ENVELOPE DA DOCUMENTAÇÃO:**

- **RAZÃO SOCIAL E CNPJ DO LICITANTE**
- **PREGÃO N° PG-00 /2009**
- **ENVELOPE N° 2 – DOCUMENTAÇÃO**
- **OBJETO:** Descrever o objeto constante do presente Edital.

3.7. O envelope n° 1 deverá conter todos os requisitos exigidos para a proposta comercial, enquanto que o envelope n° 2 deverá conter a documentação para fins habilitatórios.

3.8. No ato da entrega dos envelopes ao(à) Pregoeiro(a), o licitante deverá entregar, também e separadamente, Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (art. 4º, inciso VII, Lei 10.520/02), podendo utilizar-se do modelo constante do presente Edital.

## 4. DO OBJETO

4.1. Constam do Anexo I deste Edital para o entendimento do objeto:

- I - A especificação e informações atinentes;
- II - O prazo e a forma de execução, quando necessário;
- III - A forma e o local de entrega do bem e/ou da prestação dos serviços; e
- IV - A sistemática de recebimento do bem/serviço e trâmites para pagamento.

4.2. O(s) bem(ens) a ser(em) fornecido(s) ou o(s) serviço(s) a ser(em) prestado(s) deverá(ão) ser de boa qualidade, obedecer às normas e padrões a que estiverem sujeitos, a fim de atender eficazmente às finalidades que dele(s) se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.



# CASA DO BOM SAMARITANO

Instituto de Promoção Social de Londrina

Utilidade Pública Municipal – Lei n° 3.807 de 05 de julho de 1985

Utilidade Pública Estadual – Lei n° 8.773 de 12 de maio de 1988

Utilidade Pública Federal – Proc. n° 08386.01317/88 de 30/09/91

---

## PREGÃO N° 011/2009 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 011/2009

---

### **5. DA CONDUÇÃO DO CERTAME PELO PREGOEIRO**

5.1. O certame será conduzido pelo(a) Pregoeiro(a), que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- I - credenciamento dos interessados;
- II - recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;
- III - a abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos licitantes;
- IV - a condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;
- V - a adjudicação da proposta de menor preço;
- VI - a elaboração de ata;
- VII - a condução dos trabalhos da equipe de apoio;
- VIII - recebimento, o exame e a decisão sobre recursos; e
- IX - encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando a homologação e a contratação.

### **6. DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO – ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

6.1. A análise das propostas pelo(a) Pregoeiro(a) visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- I - Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital; e/ou
- II - Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.

6.2. As propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

6.3. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- I - Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela; e
- II - Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

### **7. DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO – SESSÃO PÚBLICA/LANCES**

7.1. Após a fase de “Classificação das Propostas”, o(a) Pregoeiro(a) dará seqüência ao processo de Pregão, passando para a fase da “Sessão Pública”, da qual só poderão participar os licitantes que tiverem suas propostas classificadas na fase anterior.

7.1.1. Na fase da “Sessão Pública”, os representantes dos licitantes deverão estar presentes na sala de licitações para a etapa de lances. A ausência do representante do licitante no horário previsto no preâmbulo deste edital indicará que não há interesse deste na apresentação de lances.

7.1.2. Após as devidas orientações e recomendações, o(a) Pregoeiro(a) convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da



# CASA DO BOM SAMARITANO

Instituto de Promoção Social de Londrina

Utilidade Pública Municipal – Lei n° 3.807 de 05 de julho de 1985

Utilidade Pública Estadual – Lei n° 8.773 de 12 de maio de 1988

Utilidade Pública Federal – Proc. n° 08386.01317/88 de 30/09/91

## PREGÃO N° 011/2009 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 011/2009

proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

**7.1.3.** O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

**7.1.4.** A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na sua exclusão da etapa de lances, mantendo-se último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

**7.1.5.** Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances estipulada no item 7.1.6., aplicável inclusive em relação ao primeiro.

**7.1.6.** O valor mínimo admitido para redução entre os lances será estabelecido pelo Pregoeiro, na própria Sessão de Lances, em comum acordo com os licitantes aptos a formularem os lances.

**7.1.7.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no art. 7º da Lei Federal 10.520/02.

**7.1.8.** A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes declinarem da formulação de lances.

**7.2.** Por força da Lei Complementar n° 123/2006, será considerado “**empate**”, quando, ao final da etapa de lances, a licitante que esteja competindo na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte tenha apresentado seu último lance com valor até 5% (cinco por cento) acima do lance mais bem classificado de uma empresa não enquadrada, hipótese em que serão utilizados os seguintes critérios e procedimentos:

**7.2.1.** A microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha apresentado o lance com menor preço será comunicada “na sessão pública” pelo(a) Pregoeiro(a) para que apresente, caso queira, lance inferior ao mais bem classificado, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos;

**7.2.2.** Uma vez que a microempresa ou a empresa de pequeno porte apresente lance de valor inferior, será classificada em primeiro lugar e declarada vencedora;

**7.2.3.** Haverá a preclusão do direito caso a microempresa ou empresa de pequeno porte manifeste desinteresse em reduzir o valor do lance, ou não o apresente no prazo estabelecido no subitem 7.2.1, ou não esteja presente na sessão pública;

**7.2.4.** Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se situem no intervalo de 5%, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**7.2.5.** Caso haja equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas ou empresa de pequeno porte que estejam empatadas, realizar-se-á sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;



# CASA DO BOM SAMARITANO

Instituto de Promoção Social de Londrina

Utilidade Pública Municipal – Lei n° 3.807 de 05 de julho de 1985

Utilidade Pública Estadual – Lei n° 8.773 de 12 de maio de 1988

Utilidade Pública Federal – Proc. n° 08386.01317/88 de 30/09/91

---

## **PREGÃO N° 011/2009 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 011/2009**

---

**7.2.6.** Não havendo a contratação nos termos previstos anteriormente, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

**7.2.7.** Caso restem classificadas em 1º lugar mais de uma proposta com valores nominais idênticos, e uma delas for microempresa ou empresa de pequeno, o desempate se dará com o tratamento favorecido à microempresa ou empresa de pequeno, condicionado ao oferecimento de nova proposta de valor inferior àquele originalmente proposto;

**7.2.8.** Caso restem classificadas em primeiro lugar mais de uma proposta formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte, juntamente com uma ou mais propostas de grandes empresas, deverá ocorrer um sorteio entre as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresa de pequeno, para que a sorteada exerça o direito de oferecer nova proposta de valor inferior;

**7.2.9.** Não havendo redução de preço, será declarada vencedora a proposta que originalmente se encontrava em primeiro lugar.

## **8. DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO – ANÁLISE DOS DOCUMENTOS**

**8.1.** Ao final da etapa de lances, o Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação das três propostas de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias, sendo-lhes facultado o saneamento da documentação na própria sessão.

**8.1.1.** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**8.1.2.** Havendo alguma restrição nos documentos de regularidade fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável a critério da Administração, para a regularização da documentação, sob pena de decair do direito à contratação.

**8.1.3.** Ultrapassado o prazo previsto no subitem 8.1.2, o licitante decairá do direito à contratação, sem prejuízo das sanções prevista na Lei Federal n° 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar o licitante remanescente, na ordem de classificação para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

**8.2.** Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do(a) participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com o(a) participante para que seja obtido preço melhor. O(a) Pregoeiro(a), observando o motivo do desatendimento das exigências habilitatórias, aplicará as penalidades previstas no art. 7º da Lei Federal n° 10.520/02.

**8.3.** Constatando-se o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o objeto será adjudicado ao(s) autor(es) das propostas ou lances de menor preço.



# CASA DO BOM SAMARITANO

Instituto de Promoção Social de Londrina

Utilidade Pública Municipal – Lei n° 3.807 de 05 de julho de 1985

Utilidade Pública Estadual – Lei n° 8.773 de 12 de maio de 1988

Utilidade Pública Federal – Proc. n° 08386.01317/88 de 30/09/91

---

## PREGÃO N° 011/2009 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 011/2009

---

**8.4.** O(A) Pregoeiro(a) poderá, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada nesta fase a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

### 9. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

**9.1.** Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste Edital. A critério do(a) Pregoeiro(a) o julgamento poderá ser efetuado pelo preço unitário ou pelo preço total do item, no entanto, a divulgação do resultado da licitação deverá apresentar o preço unitário e o preço total de cada um dos itens.

**9.2.** Após a sessão, O(A) Pregoeiro(a) desclassificará as propostas que permanecerem com os preços propostos acima do(s) preço(s) máximo(s) previsto(s) no Edital.

### 10. DOS RECURSOS

**10.1.** Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado(a) legalmente ou não identificado(a) no processo para responder pelo(a) licitante.

**10.2.** A falta de manifestação imediata e motivada, no final de cada Sessão, importará na preclusão do direito de recurso.

**10.2.1.** Após a manifestação imediata, o licitante terá prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões de recurso, ficando desde logo intimados os demais licitantes para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término de prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**10.2.2.** A manifestação do recurso deverá ser, obrigatoriamente, registrada em ata, bem como conter a síntese das razões do recorrente.

**10.3.** Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo(a) licitante.

**10.4.** Os recursos contra decisões do(a) Pregoeiro(a) não terão efeito suspensivo, podendo ser dado prosseguimento ao processo até à homologação, ficando vedada a aquisição/contratação sem que haja a decisão do recurso.

**10.4.1.** Caso não seja dado provimento ao recurso impetrado contra decisão do(a) Pregoeiro(a), o processo terá sua continuidade a partir do último ato executado.

**10.4.2.** Caso seja dado provimento ao recurso impetrado contra decisão do(a) Pregoeiro(a), os atos afetados pela decisão deverão ser retificados, em especial aqueles que alterem o resultado do certame e, por consequência, os atos de adjudicação e homologação.

**10.5.** O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



# CASA DO BOM SAMARITANO

Instituto de Promoção Social de Londrina

Utilidade Pública Municipal – Lei n° 3.807 de 05 de julho de 1985

Utilidade Pública Estadual – Lei n° 8.773 de 12 de maio de 1988

Utilidade Pública Federal – Proc. n° 08386.01317/88 de 30/09/91

---

## PREGÃO N° 011/2009 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 011/2009

---

### 11. DA HOMOLOGAÇÃO

**11.1.** Encerrada a etapa de recursos o(a) Pregoeiro(a) deverá emitir o relatório do certame, indicando as ocorrências desde a sua abertura até o seu término, encaminhando-o à autoridade superior para decisão final.

**11.2.** A autoridade superior decidirá sobre a homologação do certame, retornando o relatório ao(à) Pregoeiro(a), para continuidade do processo, na forma do edital.

### 12. DA CONVOCAÇÃO PARA FORNECIMENTO

**12.1.** A convocação para o fornecimento se dará a partir do recebimento da **Ordem de Compra** pelo fornecedor, momento o qual passará a ser contado o prazo para a entrega previsto neste instrumento editalício.

**12.2.** As Ordens de Compra conterão:

- I - O objeto e seus elementos característicos, inclusive quantidades;
- II - A forma e o prazo de fornecimento de bens;
- III - O preço unitário;
- IV - Indicação do convênio (quando houver); e
- V - A indicação do respectivo processo licitatório.

**12.3.** Se o licitante vencedor recusar-se a retirar/aceitar a Ordem de Compra, a Entidade poderá convocar os outros participantes do certame, na ordem de classificação, para efetuar a execução do objeto da presente licitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando for o caso.

### 13. DISPOSIÇÕES FINAIS

**13.1.** A Casa do Bom Samaritano-Instituto de Promoção Social de Londrina poderá revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros mediante ato escrito e fundamentado. A entidade poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

**13.2.** O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, na rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**13.3.** É facultado ao(à) Pregoeiro(a), ou à autoridade a ele(a) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação e/ou inabilitação.

**13.4.** O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.



# CASA DO BOM SAMARITANO

Instituto de Promoção Social de Londrina

Utilidade Pública Municipal – Lei n° 3.807 de 05 de julho de 1985

Utilidade Pública Estadual – Lei n° 8.773 de 12 de maio de 1988

Utilidade Pública Federal – Proc. n° 08386.01317/88 de 30/09/91

---

**PREGÃO N° 011/2009 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 011/2009**

---

**13.5.** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da entidade, a finalidade e a segurança da contratação.

**13.6.** As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

**13.7.** Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo(a) Pregoeiro(a).

**13.8.** A participação do(a) licitante neste Pregão implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

**13.9.** Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente por membros da Entidade, inclusive membros da equipe de apoio, não serão considerados nem aceitos como argumentos para impugnações, reclamações, reivindicações, etc., por parte dos licitantes. Qualquer informação ou esclarecimento deverá ser solicitado por escrito através do endereço constante no preâmbulo deste Edital.

Londrina-PR, 29 de julho de 2009.

Luiz do Amaral  
PRESIDENTE



# CASA DO BOM SAMARITANO

Instituto de Promoção Social de Londrina

Utilidade Pública Municipal – Lei n° 3.807 de 05 de julho de 1985

Utilidade Pública Estadual – Lei n° 8.773 de 12 de maio de 1988

Utilidade Pública Federal – Proc. n° 08386.01317/88 de 30/09/91

**PREGÃO N° 011/2009 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 011/2009**

## ANEXO II

### DO OBJETO E DEMAIS ASPECTOS RELACIONADOS

#### 1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação fornecimento de combustível, conforme tabela abaixo:

Lotes	Descrição	Qtde.		
01	Gasolina comum-litro	2125	R\$ 2,55	R\$ 5.397,50

#### 2. DOS PREÇOS MÁXIMOS:

2.1. O valor máximo total da presente licitação é de R\$ 5.397,50 (cinco mil, trezentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos).

#### 3. DA FORMA DE EXECUÇÃO:

3.1. O fornecimento de combustível para a entidade será mediante requisição de combustível, estimada para um período de 10 meses.

#### 4. DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será mensal mediante fornecimento da Nota Fiscal juntamente com as requisições.

6.2. A Nota Fiscal/Fatura que for apresentada com erro será devolvida ao fornecedor/prestador, para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.

6.3. O pagamento será efetuado após a comprovação de que o fornecedor/prestador de serviços se encontra em dia com o INSS e FGTS, mediante consulta “on-line” ao sistema de controle da Caixa Econômica Federal e Instituto Nacional do Seguro Social.

#### 7. DAS PENALIDADES

7.1. O atraso injustificado na entrega do objeto contratado implica no pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 2% (dois por cento) ou 20 (vinte) dias de atraso, calculada sobre o valor da parcela em atraso e/ou do valor correspondente na nota de empenho, isentando em consequência a entidade de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso. A partir do vigésimo primeiro dia de atraso na entrega o objeto não será mais recebido, salvo se houver a apresentação de justificativa com documentos comprobatórios que seja devidamente aceita pelo



# CASA DO BOM SAMARITANO

Instituto de Promoção Social de Londrina

Utilidade Pública Municipal – Lei n° 3.807 de 05 de julho de 1985

Utilidade Pública Estadual – Lei n° 8.773 de 12 de maio de 1988

Utilidade Pública Federal – Proc. n° 08386.01317/88 de 30/09/91

## PREGÃO N° 011/2009 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 011/2009

Município. No caso do não aceite da justificativa, a entidade poderá convocar os classificados remanescentes para o fornecimento/prestação dos serviços.

**7.2.** Havendo atraso de pagamento, pagará a entidade ao licitante vencedor multa correspondente a 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 9% (nove por cento) do valor da parcela em atraso.

**7.3.** A inexecução do ajuste ou execução em desacordo com o presente Edital implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), conforme segue.

**7.3.1.** Quando se tratar de fornecimento de bens ou de prestação de serviços divisíveis, a multa incidirá sobre o valor total do item/serviço não entregue, conforme previsto no edital e, com base no preço da proposta do licitante. Para efeito de cálculo da multa, deverá ser descontado o valor de parcelas que tenham sido formalmente recebidas pela entidade.

**7.3.2.** Quando se tratar de prestação de serviços não divisíveis, a multa incidirá sobre o valor total da proposta do licitante.

**7.4.** A recusa injustificada da empresa vencedora em aceitar e/ou retirar a Ordem de Compra, **para efeitos de aplicação de multa**, equivale à inexecução da sua obrigação.

**7.5.** A aplicação de multa, a ser determinada pela entidade, após regular procedimento que garanta a prévia defesa<sup>1</sup> da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 7º<sup>2</sup> da Lei 10.520/02 e alterações.

<sup>1</sup> Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interesse e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo.

<sup>2</sup> “*Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SicaF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.*”



# CASA DO BOM SAMARITANO

Instituto de Promoção Social de Londrina

Utilidade Pública Municipal – Lei n° 3.807 de 05 de julho de 1985

Utilidade Pública Estadual – Lei n° 8.773 de 12 de maio de 1988

Utilidade Pública Federal – Proc. n° 08386.01317/88 de 30/09/91

**PREGÃO N° 011/2009 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 011/2009**

## ANEXO III

### DO CREDENCIAMENTO, DAS EXIGÊNCIAS DA PROPOSTA COMERCIAL E DA HABILITAÇÃO

#### 1. DO CREDENCIAMENTO

1.1. Para o credenciamento, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- I - Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou outro órgão competente de acordo com a legislação aplicável, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- II - Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos, desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados no inciso anterior, que comprove os poderes do mandante para a outorga. O modelo da presente encontra-se no Anexo V deste Edital.
- III - Tratando-se de microempresa e empresas de pequeno porte, para usufruir do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar n° 123/2006, estas deverão apresentar a Certidão expedida pela Junta Comercial conforme consta no art. 8° da Instrução Normativa DNRC n° 103/2007, acompanhada da declaração de que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3° da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

#### 2. DA PROPOSTA COMERCIAL

2.1 O envelope 01 (um) da licitação deverá conter a proposta comercial, elaborada considerando os seguintes requisitos:

- I - Ser preenchida, sem emendas, entrelinhas, ressalvas ou borrões que possam prejudicar a sua inteligência e autenticidade, por meio mecânico ou em papel com timbre do licitante;
- II - Conter preços unitário e total para cada item/lote proposto, marca e/ou modelo, garantia e devendo incluir todas as despesas com frete, mão-de-obra para efetuar a descarga, embalagem, impostos e todos os demais encargos e tributos pertinentes;
- III - Conter identificação do licitante constando do número do CNPJ e da sua Inscrição Estadual, quando houver;
- IV - Condições de pagamento: de acordo com o disposto neste Edital;
- V - Condição de entrega e/ou de prestação dos serviços: de acordo com o disposto neste Edital;
- VI - Prazo de execução e/ou vigência contratual: de acordo com o disposto neste Edital;
- VII - Conter assinatura do representante da pessoa jurídica licitante;
- VIII - Validade da proposta: 60 dias, contados a partir da data prevista para abertura dos envelopes.



# CASA DO BOM SAMARITANO

Instituto de Promoção Social de Londrina

Utilidade Pública Municipal – Lei n° 3.807 de 05 de julho de 1985

Utilidade Pública Estadual – Lei n° 8.773 de 12 de maio de 1988

Utilidade Pública Federal – Proc. n° 08386.01317/88 de 30/09/91

## PREGÃO N° 011/2009 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 011/2009

2.2. A omissão da indicação na proposta dos incisos “VI”, “VII”, e “IX” não acarretará na desclassificação da proposta, mas implicará na aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

### 3. DA HABILITAÇÃO

3. O envelope 02 (dois) da licitação deverá conter os documentos necessários à habilitação neste certame, sendo obrigatória a apresentação:

- I. Certidão Negativa de Débito - CND – referente ao INSS e Certificado de Regularidade do FGTS–CRF;
- II. Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais quanto aos Tributos e Contribuições Federais e também quanto à Dívida Ativa da União;
- III. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- IV. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, podendo ser realizada mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos do cadastro **mobiliário e imobiliário**, relativos a:
  - a) Sede ou domicílio do licitante, e também;
  - b) Município de Londrina, caso o proponente tenha sede ou domicílio em outro município e possua estabelecimento ou imóvel neste município, nos termos do Decreto Municipal n.º 242/01 de 23/05/01. Todavia, se o proponente não possuir estabelecimento nem propriedade imóvel neste Município, poderá substituir a referida certidão por declaração firmada sob as penas da lei, podendo ser utilizado o modelo constante deste Edital;
- V. Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º. da Constituição Federal, podendo ser utilizado o modelo constante deste edital.
- VI. Certidão de fornecimento de combustível emitida pela ANP.

### 5. CONSIDERAÇÕES SOBRE A DOCUMENTAÇÃO

5.1. Os documentos referidos nos itens 1 a 4 deste Anexo poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou publicação em órgão da imprensa oficial. A aceitação das certidões, quando emitidas através da Internet, ficam condicionadas à verificação de sua validade e são dispensadas de autenticação.

5.2. A documentação de que trata os itens 1 a 4 deste Anexo deverá estar dentro do prazo de validade na data prevista para abertura das propostas no preâmbulo deste Edital, e em nenhum caso será concedido prazo para apresentação de documentos de habilitação que não tiverem sido entregues na sessão própria, bem como não será permitida documentação incompleta, protocolo ou quaisquer outras formas de comprovação que não sejam as exigidas neste Edital. **Não serão aceitas certidões que contenham ressalvas de que “não são válidas para fins licitatórios”.**

5.3. Caso os documentos referidos nos itens 1 a 4 deste Anexo não mencionem o prazo de validade, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua emissão.

5.4. Para fins do disposto no inciso VI do item 3 deste Anexo, define-se como estabelecimento, qualquer local onde são exercidas atividades inscritas no Cadastro Municipal de Contribuintes de Londrina (artigo 108 da Lei Municipal n° 7303/97 – Código Tributário Municipal). A falsa declaração do licitante, para fins do disposto no mesmo inciso, implicará na sua desclassificação no procedimento administrativo competente, além das implicações da legislação penal.



# CASA DO BOM SAMARITANO

Instituto de Promoção Social de Londrina

*Utilidade Pública Municipal – Lei n° 3.807 de 05 de julho de 1985*

*Utilidade Pública Estadual – Lei n° 8.773 de 12 de maio de 1988*

*Utilidade Pública Federal – Proc. n° 08386.01317/88 de 30/09/91*

---

**PREGÃO N° 011/2009 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 011/2009**

---

**5.5.** Caso a licitante seja a matriz, todos os documentos apresentados deverão estar em nome da matriz. Caso seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.



# CASA DO BOM SAMARITANO

Instituto de Promoção Social de Londrina

Utilidade Pública Municipal – Lei n° 3.807 de 05 de julho de 1985

Utilidade Pública Estadual – Lei n° 8.773 de 12 de maio de 1988

Utilidade Pública Federal – Proc. n° 08386.01317/88 de 30/09/91

**PREGÃO N° 011/2009 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 011/2009**

## ANEXO IV

### MODELOS SUGERIDOS

(Declarações e Procurações)

#### 1. DECLARAÇÃO NÃO POSSUI ESTABELECIMENTO NEM PROPRIEDADE IMÓVEL NO MUNICÍPIO DE LONDRINA;

##### DECLARAÇÃO

O(A) licitante \_\_\_\_\_, com domicílio (ou sede) na cidade de \_\_\_\_\_, estado \_\_\_\_\_, endereço \_\_\_\_\_ através de seu(sua) representante legal (no caso de pessoa jurídica) \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do Edital de Pregão Presencial n° PG-00/2009, que não possui estabelecimento nem propriedade imóvel no Município de Londrina.

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

Local e data.

Assinatura

Nome do(a) Representante Legal

#### 2. DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

##### DECLARAÇÃO

O(A) licitante \_\_\_\_\_, com domicílio (ou sede) na cidade de \_\_\_\_\_, estado \_\_\_\_\_, endereço \_\_\_\_\_ através de seu(sua) representante legal (no caso de pessoa jurídica) \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do Edital de Pregão Presencial n° PG -00/2009, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e, entrega, juntamente com a presente, o envelope contendo a indicação do objeto e preços oferecidos, além do envelope contendo as documentações habilitatórias do referido Edital.

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

Local e data.

Assinatura

Nome do(a) Representante Legal



# CASA DO BOM SAMARITANO

Instituto de Promoção Social de Londrina

Utilidade Pública Municipal – Lei n.º 3.807 de 05 de julho de 1985

Utilidade Pública Estadual – Lei n.º 8.773 de 12 de maio de 1988

Utilidade Pública Federal – Proc. n.º 08386.01317/88 de 30/09/91

---

**PREGÃO N.º 011/2009 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 011/2009**

---

### 3. PROCURAÇÃO;

#### PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração e pela melhor forma de direito, a EMPRESA “\_\_\_\_\_”, com sede na Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_, representada, neste ato, por seu sócio-gerente Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, estado civil, profissão, residente e domiciliado nesta cidade, nomeia e constitui seu representante, o Sr. \_\_\_\_\_, estado civil, profissão, portador da cédula de identidade RG n.º \_\_\_\_\_, e do CPF n.º \_\_\_\_\_, a quem são conferidos poderes para representar a empresa outorgante no Pregão n.º PG-00/2009, instaurado pelo Clube das Mães Unidas, em especial para firmar declarações e atas, apresentar ou desistir da apresentação de lances verbais, negociar os valores propostos, interpor ou desistir da interposição de recursos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acima indicado.

Local e data.

Assinatura do responsável pela outorga

### 4. DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CF.

#### DECLARAÇÃO

Declaramos sob as penas lei, e para fins de participação no Pregão n.º PG-00/2009, que a empresa ..... inscrita no CNPJ sob o n.º ....., não possui em seu quadro permanente, profissionais menores de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres ou menores de 16 (dezesseis) anos desempenhando quaisquer trabalhos, salvo se contratados sob condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99).

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data.

Nome e assinatura do representante legal



# CASA DO BOM SAMARITANO

Instituto de Promoção Social de Londrina

Utilidade Pública Municipal – Lei n° 3.807 de 05 de julho de 1985

Utilidade Pública Estadual – Lei n° 8.773 de 12 de maio de 1988

Utilidade Pública Federal – Proc. n° 08386.01317/88 de 30/09/91

**PREGÃO N° 011/2009 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 011/2009**

## **5. DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Identidade n° ..... e CPF n° ....., DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser microempresa ou empresa de pequeno porte nos termo(nome/razão social) ....., inscrita no CNPJ N° ..... por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) ..... portador (a) da Cédula de s de legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4° do artigo 3° da lei Complementar n° 123/06.

**(local e data)**

### **Assinatura**

Nome do licitante ou representante legal

### **Observações:**

- Esta declaração poderá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como ME ou EPP, nos termos da LC 123, de 14 de dezembro de 2006;
- A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como ME ou EPP, nos termos da LC n° 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

### **ANEXO V**

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL QUE ENTRE SI FAZ, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, A CASA DO BOM SAMARITANO E, DE OUTRO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA

\_\_\_\_\_.

A CASA DO BOM SAMARITANO-INSTITUTO DE PROMOÇÃO SOCIAL DE LONDRINA, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob o n.º Rua CNPJ/MF: 78.019.734/0001-00, sediada à Rua José Fierli, 153– Telefone: (43) 3339-1379 - Londrina-PR, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por sua Presidente, \_\_\_\_\_, R.G. n.º \_\_\_\_\_, C.P.F. n.º \_\_\_\_\_ e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J sob o n.º \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal, \_\_\_\_\_, R.G. n.º \_\_\_\_\_, C.P.F. n.º \_\_\_\_\_, têm, entre si, ajustado o presente **CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GASOLINA COMUM**, submetendo-se



# CASA DO BOM SAMARITANO

Instituto de Promoção Social de Londrina

Utilidade Pública Municipal – Lei n° 3.807 de 05 de julho de 1985

Utilidade Pública Estadual – Lei n° 8.773 de 12 de maio de 1988

Utilidade Pública Federal – Proc. n° 08386.01317/88 de 30/09/91

---

## PREGÃO N° 011/2009 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 011/2009

---

as partes às disposições constantes da **Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993**, e suas alterações e às cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, o fornecimento das Quantidades e Preços constantes da proposta da CONTRATADA, a qual fica fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos, e assim resumidos quanto a seus elementos característicos:

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

Os fornecimentos contratados serão executados sob o regime de Menor Preço Global, parcelado, de acordo com o Quadro de Quantidades constante do Edital.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS** - Os preços correspondentes a cada fornecimento contratado são os constantes da proposta de preços adjudicada, integrante deste instrumento. Não sendo aceito reajuste de preços durante execução do Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO** - O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias, após realizada a entrega definitiva e após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente da CONTRATANTE. O pagamento será feito mensalmente de acordo com a entrega do material.

**CLÁUSULA QUINTA - INADIMPLEMENTO E SANÇÕES** - O atraso injustificado na entrega do objeto contratado implica no pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 2% (dois por cento) ou 20 (vinte) dias de atraso, calculada **sobre o valor da parcela em atraso** e/ou do valor correspondente na nota de empenho, isentando em consequência a entidade de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso. A partir do vigésimo primeiro dia de atraso na entrega o objeto não será mais recebido, salvo se houver a apresentação de justificativa com documentos comprobatórios que seja devidamente aceita pelo Município. No caso do não aceite da justificativa, a entidade poderá convocar os classificados remanescentes para o fornecimento/prestação dos serviços.

**5.1.** Havendo atraso de pagamento, pagará a entidade ao licitante vencedor multa correspondente a 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, limitada a 9% (nove por cento) do valor da parcela em atraso.

**5.2.** A inexecução do ajuste ou execução em desacordo com o presente Edital implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), conforme segue.

**5.2.1.** Quando se tratar de fornecimento de bens ou de prestação de serviços divisíveis, a multa incidirá sobre o valor total do item/serviço não entregue, conforme previsto no edital e, com base no preço da proposta do licitante. Para efeito de cálculo da multa, deverá ser descontado o valor de parcelas que tenham sido formalmente recebidas pela entidade.

**5.2.2.** Quando se tratar de prestação de serviços não divisíveis, a multa incidirá sobre o valor total da proposta do licitante.

**5.3.** A recusa injustificada da empresa vencedora em aceitar e/ou retirar a Ordem de Compra, **para efeitos de aplicação de multa**, equivale à inexecução da sua obrigação.



# CASA DO BOM SAMARITANO

Instituto de Promoção Social de Londrina

Utilidade Pública Municipal – Lei n° 3.807 de 05 de julho de 1985

Utilidade Pública Estadual – Lei n° 8.773 de 12 de maio de 1988

Utilidade Pública Federal – Proc. n° 08386.01317/88 de 30/09/91

## PREGÃO N° 011/2009 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 011/2009

**5.4.** A aplicação de multa, a ser determinada pela entidade, após regular procedimento que garanta a prévia defesa<sup>3</sup> da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 7<sup>o</sup> da Lei 10.520/02 e alterações.

O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora correspondente a 0,03% (zero virgula zero três por cento) ao dia, sobre o total da respectiva nota fiscal, até o limite de 10% (dez por cento), que deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias, a partir da data do recebimento da notificação.

**CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO CONTRATO** - O valor do presente Contrato, a preços iniciais, é de

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA –**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária constante na Cláusula Sexta do Convênio 085/2008 firmado com a Prefeitura do Município de Londrina.

**CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS** - O prazo para fornecimento do objeto será de 10 (dez) dias úteis da data de expedição da Ordem de compra. Este prazo poderá ser prorrogado por igual período.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os fornecimentos serão recebidos pela **CONTRATANTE** em conformidade com as disposições constantes da **Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993**, e suas alterações posteriores.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, fornecimentos executados em desacordo com as especificações e condições deste edital e da proposta.

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DO CONTRATO** - O presente Contrato poderá ser rescindido nos casos e na forma previstas na **Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993**, e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES** - A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**CLÁUSULA ONZE - DAS NOTIFICAÇÕES** - Qualquer comunicação das partes a respeito do Contrato só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

**CLÁUSULA DOZE - DO FORO** - As partes elegem, de comum acordo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro do Município de Londrina-PR, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

<sup>3</sup> Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interesse e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo.

<sup>4</sup> *“Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.”*



# CASA DO BOM SAMARITANO

Instituto de Promoção Social de Londrina

Utilidade Pública Municipal – Lei n° 3.807 de 05 de julho de 1985

Utilidade Pública Estadual – Lei n° 8.773 de 12 de maio de 1988

Utilidade Pública Federal – Proc. n° 08386.01317/88 de 30/09/91

---

**PREGÃO N° 011/2009 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 011/2009**

---

E, por assim estarem justas e acertadas, as partes, por seus Representantes legais, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas arroladas abaixo.

Londrina, de 2009.

PRESIDENTE

EMPRESA